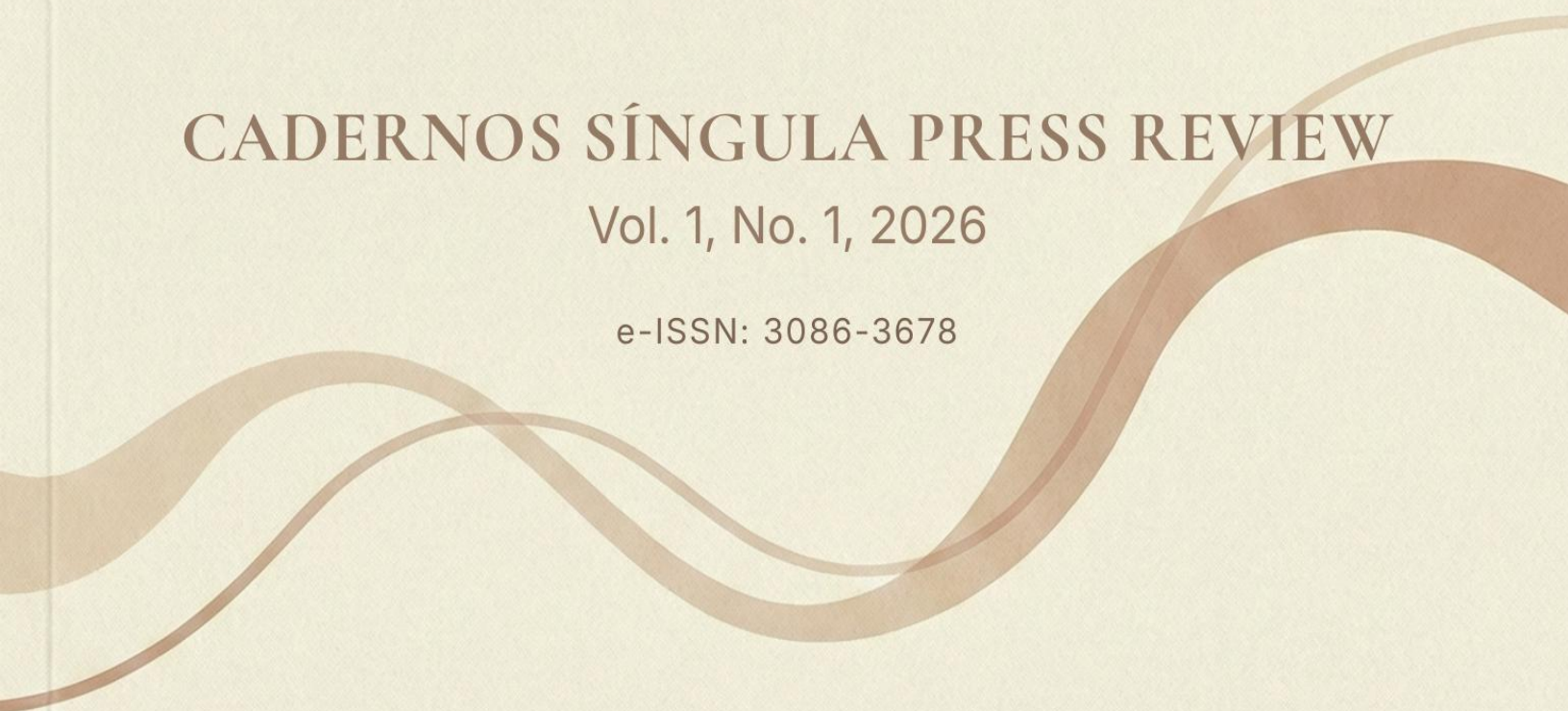




CADERNOS SÍNGULA PRESS REVIEW

Vol. 1, No. 1, 2026

e-ISSN: 3086-3678

Risco, Proteção e Forma

Ensaaios sobre incerteza, fragilidade e a arquitetura humana
da proteção

Síngula Editora

CADERNOS SÍNGULA PRESS REVIEW

Cadernos Síngula Press Review

Vol. 1, No.1, 2026

Publicação seriada eletrônica

Periodicidade: Semestral

e-ISSN: 3086-3678

Risco, Proteção e Forma: Ensaios sobre incerteza, fragilidade e a arquitetura humana da proteção — Cadernos Síngula Press Review, Vol. 1, No. 1 (2026).

DOI:

<https://doi.org/10.5281/zenodo.18744815>

Informações da Publicação

Título: Cadernos Síngula Press Review

Natureza: Publicação seriada eletrônica

Periodicidade: Semestral

Meio de publicação: Digital

Local de publicação: São Paulo, SP, Brasil

Editora responsável: Síngula Editora

Contato institucional: contato@singulaeditora.com.br

www.singulaeditora.com.br

Direção Editorial: Paola Roldan Callegari

© Síngula Editora, 2026

Todos os direitos reservados

Cadernos Sígula Press Review

Vol. 1, Num.1, 2026

Créditos editoriais: Sígula Editora

Autoria: PR Callegari

Edição e curadoria: Sígula Editora

Preparação e revisão de texto: Sígula Editora

Projeto gráfico: Sígula Editora

e-ISSN: 3086-3678

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18744815>

Cadernos Sígula Press Review

Vol. 1, Num.1, 2026

e-ISSN: 3086-3678

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18744815>

Risco, Prote  o e Forma

Ensaio sobre incerteza, fragilidade e a arquitetura
humana da prote  o

PR CALLEGARI

Apresentação — Cadernos Sígula Press Review

Os Cadernos Sígula Press Review nasce da convic  o de que certos temas não comportam superficialidade.

Risco, prote  o, institui  es, técnica e responsabilidade são dimensões estruturantes da vida contemporânea — e, ainda assim, raramente tratadas com a densidade intelectual que exigem.

Vivemos em um mundo onde sistemas tornaram-se mais complexos do que nossa capacidade de compreendê-los plenamente. Onde decisões técnicas produzem consequências sociais profundas. Onde modelos prometem previsibilidade, mas convivem com o erro, a fragilidade e a incerteza estrutural. Onde prote  o deixou de ser apenas um produto ou um serviço e passou a ser uma questão civilizatória.

O documento não se propõe a oferecer respostas fáceis. Seu compromisso    com o rigor, a honestidade intelectual e a recusa do pensamento simplificado.

Cada caderno reúne ensaios que transitam entre economia, teoria institucional, filosofia, sociologia, psicologia e técnica aplicada, buscando compreender como indivíduos e sociedades constroem — ou falham em construir — arquiteturas de prote  o em um mundo marcado por assimetrias, limites cognitivos e instabilidade estrutural.

O nome Sígula remete ao ponto mínimo,    inflexão discreta, ao instante em que uma ideia altera a trajetória de um pensamento.    nesse lugar — entre campos, entre disciplinas, entre certezas e d  vidas — que este projeto editorial se inscreve.

Este    o primeiro caderno de ensaios. Não como ponto de chegada, mas como gesto inaugural de uma curadoria que valoriza a complexidade e sustenta o desconforto produtivo do pensamento rigoroso.

Nota Editorial

Processo de avaliação e governança editorial

Os ensaios que compõem este caderno passaram por avaliação técnica independente conduzida por pareceristas com reconhecida atuação e referência nas áreas de economia, seguros e gestão de riscos. O conjunto foi considerado, de forma unânime, apto para publicação, em função de sua consistência teórica, coerência argumentativa e contribuição original ao debate sobre risco, proteção e arquitetura institucional.

Os pareceres foram formalizados e encontram-se registrados na documentação editorial interna deste selo. Em conformidade com as práticas adotadas, os pareceristas optaram por permanecer anônimos.

Prefácio — Arquitetura da proteção como problema central

Os ensaios reunidos neste primeiro caderno partem de uma mesma inquietação: a percepção de que a fragilidade contemporânea não decorre apenas da escassez de recursos, mas da forma como estruturamos — mal ou bem — nossas arquiteturas de proteção.

A hipótese que atravessa todo o volume é simples em sua formulação e exigente em suas implicações: proteção não é apenas um instrumento técnico, mas uma infraestrutura civilizatória. Onde suas formas institucionais, econômicas e simbólicas são mal desenhadas, mesmo sistemas sofisticados produzem vulnerabilidade. Onde são bem desenhadas, mesmo recursos escassos podem gerar estabilidade.

Os textos percorrem três camadas desse problema. Na primeira parte, a fragilidade é examinada a partir da experiência concreta dos indivíduos e das famílias. Na segunda, observa-se como mercados e instituições cristalizam ou ampliam essas vulnerabilidades. Na terceira, desloca-se o olhar para o plano mais profundo: o campo do sentido, da responsabilidade e da forma intelectual que sustenta nossas escolhas coletivas.

O conjunto não oferece respostas definitivas — e não pretende fazê-lo. Seu objetivo é mais rigoroso: construir um vocabulário, um enquadramento e uma lente capazes de tornar visíveis estruturas que, embora decisivas, permanecem frequentemente invisíveis ao debate técnico convencional.

Este caderno nasceu de uma inquietação persistente: a percepção de que tratamos risco, proteção e técnica como se fossem domínios neutros, quando, na realidade, são campos atravessados por escolhas morais, limitações humanas, estruturas institucionais imperfeitas e assimetrias profundas.

Os ensaios reunidos aqui não foram escritos como peças isoladas. Eles emergiram ao longo do tempo como tentativas sucessivas de compreender um mesmo problema por diferentes ângulos: por que, em um mundo tecnicamente sofisticado, seguimos produzindo fragilidade? Por que aqueles que mais necessitam de proteção são, frequentemente, os que menos conseguem acessá-la? Por que sistemas desenhados para estabilizar acabam, muitas vezes, amplificando vulnerabilidades?

Há textos mais técnicos, outros mais conceituais, outros assumidamente ensaísticos. Essa diversidade não é acidental. Ela reflete uma convicção central deste projeto: certos fenômenos só podem ser compreendidos quando atravessamos fronteiras disciplinares e aceitamos o desconforto de pensar entre campos.

O eixo comum que atravessa todos os ensaios é simples de formular e difícil de enfrentar: somos seres finitos tentando construir formas estáveis em um mundo estruturalmente instável. Nossos modelos são imperfeitos, nossas instituições são frágeis, nossas decisões são atravessadas por emoção, limitação cognitiva e assimetria de informação. Ainda assim — ou talvez justamente por isso — insistimos em organizar, proteger, estruturar.

Este caderno não oferece sínteses tranquilizadoras. Ele oferece lentes. Se cumprir sua função, não encerrará questões. Abrirá novas.

Sumário

Parte I — Fragilidade

Ensaio I: Risco emocional e oferta defensiva

Ensaio II: O Brasil como desalinhamento institucional em proteção social

Parte II — Estrutura

Ensaio III: O quarto princípio oculto da indústria de seguros

Ensaio IV: Economia de redes e o capital invisível da distribuição de seguros

Parte III — Sentido

Ensaio V: Engenharia moral do seguro de vida

Ensaio VI: A estética da incerteza

Pósfácio — Abertura, não fechamento

A autora

Agradecimentos

Parte I — Fragilidade

Ensaio I: Risco emocional e oferta defensiva

PR Callegari

ORCID: 0009-0005-6358-7966

Resumo

Este ensaio introduz um modelo econômico inovador que formaliza o gap de proteção em seguros de vida como resultado da interação entre fragilidade socioafetiva, sofrimento psicológico, consumo predatório e respostas institucionais restritivas. Ao integrar contribuições da sociologia do risco, da economia comportamental e da teoria clássica do seguro, argumenta-se que as dinâmicas contemporâneas de risco não podem mais ser compreendidas a partir de modelos que pressupõem famílias estáveis, tomadores de decisão plenamente racionais ou oferta institucional neutra.

Propõe-se uma equação estrutural na qual a necessidade de proteção (N), a demanda efetiva por proteção (D) e a oferta institucional de proteção (O) passam a ser determinadas também por variáveis socioafetivas tradicionalmente ignoradas pela modelagem econômica: a força das redes de apoio (S), os estados emocionais (E), o consumo predatório ou compulsivo (C_p) e a qualidade da resposta institucional (I). O modelo demonstra que o gap de proteção, definido como $GAP = N - \min(D, O)$, tende a crescer estruturalmente à medida que as famílias se tornam mais frágeis, o sofrimento psicológico reduz a capacidade de planejamento intertemporal e as seguradoras adotam uma postura de “oferta defensiva (cf. Ensaio 1)”, afastando precisamente os grupos que mais necessitam de proteção.

O ensaio sustenta que sofrimento emocional e precariedade afetiva não constituem meras condições sociais de fundo, mas variáveis econômicas centrais que moldam a exposição ao risco das famílias e os resultados de mercado. Conclui-se com a discussão dos efeitos de transmissão do micro ao macro — como aumento da volatilidade do consumo, fragilidade intergeracional e pressão sobre o setor público — e com a proposição de uma agenda de pesquisa empírica voltada à mensuração das variáveis socioafetivas e à avaliação de intervenções institucionais capazes de reduzir a subproteção.

Introdução

A economia clássica dos seguros tradicionalmente assume que indivíduos decidem contratar cobertura a partir de avaliações racionais de renda, preço, probabilidades de risco, risco moral e seleção adversa (Arrow, 1963; Pauly, 1974; Stiglitz, 1989). Subentende-se, nesses modelos, a existência de domicílios funcionalmente estáveis e de sistemas previsíveis de suporte social, capazes de absorver choques e de compartilhar encargos emocionais e financeiros.

Essas suposições já não se sustentam.

No século XXI, os domicílios tornaram-se menores, mais instáveis, mais solitários e mais sobrecarregados por estresse emocional. A elevação do divórcio, o aumento de famílias monoparentais, o envelhecimento de pessoas que vivem sozinhas, mães solo com suporte limitado e a ampliação difusa da ansiedade entre jovens alteraram de modo estrutural a forma como o risco é experimentado. Eventos antes amortecidos por redes familiares ampliadas — doença, incapacidade, desemprego, dependência química ou morte — recaem diretamente sobre indivíduos com redes de apoio enfraquecidas.

A economia comportamental reforça esse deslocamento: sob pressão emocional, ansiedade ou depressão, indivíduos subavaliam sistematicamente o futuro, postergam decisões importantes, reduzem condutas preventivas e têm dificuldade em sustentar planejamento de longo prazo (Kahneman, 2011; Mullainathan & Shafir, 2013).

Neste contexto, propõe-se uma equação econômica para explicar a elevação estrutural do gap de proteção:

$$\text{GAP} = N - \min(D, O)$$

A tese é direta: N (necessidade) cresce com a erosão social; D (demanda efetiva) e O (oferta institucional) são simultaneamente comprimidas por forças emocionais, comportamentais e institucionais.

Transformações sociais, contratos afetivos e capital social como variáveis de risco

A sociologia compreende há muito que vínculos sociais reduzem vulnerabilidade. Durkheim (1897) mostrou que a ausência de laços relacionais aumenta a fragilidade emocional. Beck (1992) descreveu a modernidade como produtora de riscos que indivíduos enfrentam de forma cada vez

mais solitária. Bauman (2003) enfatizou a instabilidade das relações, e Putnam (2000) documentou o declínio de redes comunitárias.

Essas dinâmicas afetam diretamente a capacidade de absorção de choques.

Exemplos contemporâneos incluem:

- Domicílios monoparentais — especialmente mães solo, com renda menor, alta carga de cuidado e suporte reduzido, transformando eventos comuns em choques severos.
- Idosos vivendo sozinhos — dependentes de cuidadores pagos, frequentemente expostos a solidão, declínio cognitivo e vulnerabilidades não capturadas por modelos tradicionais.
- “Geração sanduíche” — adultos simultaneamente responsáveis por filhos e pais idosos, sobrecarregados emocional e financeiramente.
- Relações instáveis — vínculos afetivos frágeis que se dissolvem com facilidade, deixando indivíduos sem estruturas recíprocas de suporte.

Para incorporar essas dinâmicas, define-se:

$$N = f(R, S^{-1})$$

onde:

R = risco objetivo

S = força das redes socioafetivas de suporte

À medida que S declina, N aumenta.

Neste modelo, S captura, por exemplo:

- número de apoiadores disponíveis;
- estabilidade e duração dos vínculos;
- proximidade geográfica;
- capacidade de cuidado dentro da família ou da comunidade.

A literatura identifica essas tendências, mas raramente as formaliza como insumos econômicos. O avanço aqui é tratar a erosão das redes como determinante explícita da necessidade de proteção.

Sofrimento psicológico, emoções coletivas e consumo predatório

A economia comportamental demonstrou que estados emocionais influenciam profundamente a percepção de risco e as escolhas intertemporais (Slovic, 2000; Kahneman, 2011).

Mullainathan & Shafir (2013) introduzem o conceito de “escassez de banda” (bandwidth scarcity), mostrando que indivíduos sob carga emocional perdem capacidade cognitiva e deslocam atenção para alívios imediatos.

No Brasil contemporâneo, isso se manifesta em:

- aumento de ansiedade e depressão;
- maior uso de psicofármacos;
- crescimento de apostas online (“bets”) e jogos de azar;
- endividamento crônico via crédito caro;
- mecanismos de coping de curto prazo (álcool, drogas, compras compulsivas).

Para capturar essas dinâmicas, introduz-se:

E — bem-estar emocional / sofrimento psicológico

C_p — consumo predatório ou compulsivo

Assim, a demanda efetiva por proteção torna-se:

$$D = g(Y, p, E, C_p, S)$$

onde quedas em E reduzem:

- capacidade de planejamento;
- orientação para o futuro;
- qualidade decisória;
- disposição para compromissos de longo prazo (como seguro).

Quando C_p aumenta, renda disponível potencialmente destinada à proteção é drenada por dívidas de alto custo, apostas ou consumo impulsivo.

Exemplo ilustrativo: uma pessoa que gasta R\$ 500 por mês com apostas e R\$ 300 com crédito rotativo pode não conseguir comprometer R\$ 40 com seguro — não por falta de renda, mas por desorganização emocional e ciclos de consumo predatório.

Assim, sofrimento e precariedade afetiva passam a determinar a demanda, e não apenas a contextualizá-la.

Oferta institucional e a lógica da “oferta defensiva”

A teoria clássica do seguro trata de seleção adversa e risco moral, mas frequentemente ignora como seguradoras respondem a populações socialmente vulneráveis.

Aqui introduz-se o conceito de oferta defensiva (cf. Ensaio 1): uma postura estratégica pela qual seguradoras reduzem exposição a grupos emocionalmente complexos, financeiramente instáveis ou socialmente frágeis.

Práticas típicas incluem:

- recusa de proponentes com histórico psiquiátrico;
- exclusões de condições de saúde mental;
- questionários extensos e exames médicos;
- prêmios mais altos para grupos vulneráveis;
- priorização de produtos tradicionais que ignoram riscos relacionais e de cuidado.

Modela-se a oferta como:

$$O = h(I, K, R_{agg})$$

onde:

I = capacidade institucional de inovar e entregar proteção com qualidade

K = restrições de capital e solvência

R_{agg} = risco social agregado percebido

À medida que aumentam sofrimento emocional, endividamento e fragilidade familiar, seguradoras tendem a recuar, reduzindo cobertura precisamente onde a necessidade é maior.

Cria-se, assim, uma falha de mercado ampliada: os que mais precisam de proteção são os que menos conseguem acessá-la.

O modelo econômico do gap de proteção

O modelo integra as três equações centrais:

$$N = f(R, S^{-1})$$

$$D = g(Y, p, E, C_p, S)$$

$$O = h(I, K, R_{agg})$$

levando à definição:

$$\mathbf{GAP} = \mathbf{N} - \mathbf{min(D, O)}$$

O gap cresce estruturalmente porque:

- N aumenta quando as redes sociais se erodem;
- D cai com sofrimento psicológico e consumo predatório;
- O contrai via mecanismos de oferta defensiva (cf. Ensaio 1).

O sistema fecha-se sobre si: quanto mais vulnerável o indivíduo se torna, menos protegido ele fica.

Lacunas de política pública e cegueira ao risco emocional

Governos também operam, em geral, com modelos desatualizados que consideram idade, renda e saúde física, mas negligenciam solidão, monoparentalidade, sobrecarga emocional, sofrimento psíquico não tratado e dependência de cuidado.

Isso produz uma “política defensiva” que reproduz a mesma cegueira verificada no mercado privado: desenha-se proteção para o caso médio, e não para as trajetórias de fragilidade.

Do micro ao macro: drama individual e fragilidade sistêmica

Efeitos no nível dos domicílios incluem colapso emocional e financeiro, venda forçada de ativos, endividamento predatório, interrupções educacionais, deterioração de saúde e desorganização relacional.

No agregado, um gap de proteção disseminado:

- aumenta a volatilidade do consumo;
- reduz investimento de longo prazo;
- gera pobreza intergeracional;
- pressiona saúde e assistência pública;
- contribui para instabilidade social e política.

Proteção, portanto, é infraestrutura macroeconômica de estabilização — não apenas produto financeiro.

Principais mensagens do Ensaio

Este ensaio partiu da hipótese de que a vulnerabilidade emocional não é um ruído periférico nos sistemas de proteção, mas um elemento estrutural da própria dinâmica econômica. Ao

demonstrar que fragilidades afetivas ampliam a exposição ao risco, que a oferta institucional tende a reagir de forma defensiva diante dessa vulnerabilidade e que o chamado gap de proteção se autoalimenta ao longo do tempo, o argumento central desloca a discussão do campo estritamente técnico para uma compreensão mais ampla da proteção como fenômeno humano, social e institucional. A insuficiência protetiva deixa de ser apenas falha de desenho de produto e passa a ser entendida como falha de arquitetura.

Essa constatação, contudo, impõe um desafio: a teoria só se sustenta plenamente quando confrontada com a realidade empírica. O passo seguinte deste programa de pesquisa não é retórico, mas metodológico. Exige a construção de indicadores capazes de aproximar conceitos como força das redes de apoio, estado emocional, custo psicológico da decisão e densidade institucional a métricas observáveis. Exige também que o gap de proteção seja estimado por grupos sociais, territórios e contextos de vulnerabilidade, permitindo distinguir onde a falha é predominantemente econômica, onde é institucional e onde é, sobretudo, relacional.

Mais do que descrever o problema, essa agenda aponta para a possibilidade de intervenção concreta. Testar desenhos de escolha mais cuidadosos, integrar proteção financeira a políticas de saúde mental, avaliar os efeitos sistêmicos de maior cobertura sobre estabilidade econômica e bem-estar coletivo não são apenas exercícios acadêmicos — são passos necessários para reconectar o campo da proteção à sua função original: reduzir incertezas reais em vidas concretas. Sem esse esforço empírico, a crítica permanece correta; com ele, torna-se transformadora

Referências

ARROW, Kenneth J. Uncertainty and the welfare economics of medical care. *American Economic Review*, v. 53, n. 5, p. 941–973, 1963.

BAUMAN, Zygmunt. *Liquid Love: On the Frailty of Human Bonds*. Cambridge: Polity Press, 2003.

BECK, Ulrich. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage, 1992.

DURKHEIM, Émile. *Le Suicide*. Paris: Félix Alcan, 1897.

KAHNEMAN, Daniel. *Thinking, Fast and Slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

MULLAINATHAN, Sendhil; SHAFIR, Eldar. *Scarcity: Why Having Too Little Means So Much*. New York: Times Books, 2013.

PAULY, Mark V. Overinsurance and public provision of insurance: The roles of moral hazard and adverse selection. *Quarterly Journal of Economics*, v. 88, n. 1, p. 44–62, 1974.

PUTNAM, Robert D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

SLOVIC, Paul. *The Perception of Risk*. London: Earthscan, 2000.

STIGLITZ, Joseph E. Markets, market failures, and development. *American Economic Review*, v. 79, n. 2, p. 197–203, 1989.

Ensaio II: O Brasil como desalinhamento institucional em proteção social

PR Callegari

ORCID: 0009-0005-6358-7966

Resumo

Este ensaio argumenta que o sistema brasileiro de proteção social apresenta um desalinhamento estrutural entre arquitetura institucional, desenho de políticas públicas e dinâmica real das vulnerabilidades sociais. Diferentemente de contextos de renda mais baixa, onde mecanismos de microseguro prosperam como resposta pragmática a falhas estatais, o Brasil construiu um arranjo híbrido no qual Estado, mercado e família operam com expectativas incompatíveis entre si. O resultado é um campo de proteção fragmentado, de baixa eficácia distributiva e incapaz de atender adequadamente justamente os grupos mais expostos ao risco.

Introdução

A literatura sobre proteção social frequentemente assume que Estados mais ricos produzem, automaticamente, sistemas mais eficientes de proteção. Essa suposição não se sustenta no caso brasileiro.

O Brasil apresenta indicadores de gasto social compatíveis com economias de renda média alta, mas resultados distributivos e protetivos inferiores aos observados em países significativamente mais pobres que adotaram arquiteturas institucionais mais coerentes. Essa contradição exige não apenas análise fiscal ou administrativa, mas interpretação estrutural da forma como o sistema foi historicamente construído.

Propõe-se aqui o conceito de desalinhamento institucional em proteção social: uma condição na qual normas formais, incentivos, capacidades operacionais e expectativas sociais não convergem para um arranjo funcional de proteção, mas produzem fricção sistêmica e ineficiência estrutural.

Proteção social como arquitetura institucional

A teoria institucional compreende sistemas de proteção como arranjos compostos por regras formais, normas informais, capacidades estatais e estruturas de intermediação (North, 1990;

Acemoglu & Robinson, 2012). Quando esses elementos se alinham, emergem sistemas robustos de seguridade. Quando entram em conflito, o resultado é fragmentação e baixa efetividade.

No caso brasileiro, observa-se uma tripla dissonância:

- Um Estado que promete proteção universal, mas não consegue operacionalizá-la com qualidade.
- Um mercado de seguros que permanece restrito às camadas médias e altas.
- Redes familiares enfraquecidas, incapazes de absorver choques como no passado.

Esse vazio intermediário cria um campo estrutural de subproteção.

Por que o microseguro prospera em países mais pobres

Experiências de microseguro em países como Índia, Filipinas, Quênia e Bangladesh revelam um padrão distinto. Nesses contextos, a ausência de proteção estatal ampla levou à emergência de soluções pragmáticas baseadas em redes locais, organizações comunitárias e produtos simples, financeiramente viáveis e socialmente adaptados (Churchill & Matul, 2012; Banerjee & Duflo, 2011).

Esses sistemas prosperam não apesar da pobreza institucional, mas justamente porque não competem com promessas estatais irrealizadas. Eles preenchem lacunas claras, operam com expectativas realistas e constroem confiança progressivamente.

O Brasil, ao contrário, combina um discurso de proteção universal com uma prática fragmentada, ineficiente e frequentemente burocrática, o que dificulta tanto a inovação privada quanto a emergência de soluções comunitárias.

O caso brasileiro: excesso de promessa, escassez de entrega

O sistema brasileiro de proteção social opera sob um paradoxo: constitucionalmente expansivo, operacionalmente restritivo.

Exemplos desse desalinhamento incluem:

- judicialização massiva da saúde, que favorece grupos mais informados e aprofunda desigualdades;
- programas assistenciais com forte impacto fiscal, mas fraca integração com mecanismos de emancipação econômica;

- baixa articulação entre políticas públicas e instrumentos de proteção privada;
- inexistência de uma cultura estruturada de seguro nas camadas populares.

O resultado é um sistema que consome recursos relevantes sem produzir resiliência proporcional.

Consequências estruturais do desalinhamento

O desalinhamento institucional em proteção social produz efeitos cumulativos:

- perpetuação da informalidade econômica;
- fragilidade intergeracional;
- dependência crônica de transferências estatais;
- baixa capacidade de planejamento de longo prazo nos domicílios;
- desconfiança estrutural em relação a instituições.

Proteção ineficaz não apenas falha em reduzir risco — ela contribui para reproduzi-lo.

Principais mensagens do Ensaio

O caso brasileiro sugere que proteção social não é apenas função de gasto público, mas de coerência institucional. Sistemas eficazes exigem alinhamento entre desenho normativo, capacidade operacional, incentivos econômicos e cultura social.

Sem esse alinhamento, tanto o Estado quanto o mercado tendem a operar de forma defensiva, protegendo-se a si próprios mais do que aos cidadãos.

A superação desse quadro exige repensar a arquitetura da proteção como infraestrutura social essencial, e não apenas como política pública setorial.

Principais mensagens do Ensaio

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. *Why Nations Fail*. New York: Crown, 2012.

BANERJEE, Abhijit; DUFLO, Esther. *Poor Economics*. New York: PublicAffairs, 2011.

CHURCHILL, Craig; MATUL, Michal. *Protecting the Poor: A Microinsurance Compendium*. Geneva: ILO, 2012.

NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Parte II — Estrutura

Ensaio III: O quarto princípio oculto da indústria de seguros

PR Callegari

ORCID: 0009-0005-6358-7966

Resumo

Este ensaio propõe a irreversibilidade como princípio estrutural implícito na dinâmica da indústria de seguros. Argumenta-se que modelos tradicionais de análise — centrados em equilíbrio, estabilidade e previsibilidade — falham em capturar o caráter histórico, cumulativo e dependente de trajetória que define sistemas de proteção ao longo do tempo. A partir do diálogo com economia institucional, teoria dos sistemas complexos e noções provenientes da termodinâmica, sustenta-se que choques, decisões regulatórias e escolhas organizacionais produzem efeitos persistentes que moldam estruturalmente o futuro do setor.

Introdução

A indústria de seguros é frequentemente analisada como se operasse em um espaço neutro, no qual contratos, preços e riscos pudessem ser continuamente recalibrados em direção a equilíbrios eficientes. Essa abordagem pressupõe reversibilidade: a ideia de que desvios podem ser corrigidos sem deixar marcas duradouras no sistema.

Essa suposição é empiricamente frágil.

Na prática, a evolução de mercados de seguros revela padrões claros de dependência de trajetória: decisões iniciais de desenho regulatório, arquitetura de produtos, estrutura de canais e estratégias de precificação condicionam de maneira persistente as possibilidades futuras do setor. Sistemas de proteção, uma vez moldados, não retornam a estados anteriores — eles acumulam história.

Este ensaio denomina esse fenômeno de quarto princípio oculto da indústria de seguros: além de risco, mutualização e precificação, existe uma lógica temporal estrutural que governa a evolução do sistema — a irreversibilidade.

Irreversibilidade e dependência de trajetória

A noção de dependência de trajetória (path dependence) é amplamente documentada na economia institucional (Arthur, 1989; North, 1990; David, 1985). Sistemas institucionais tendem a consolidar arranjos iniciais por meio de custos de mudança, lock-ins tecnológicos, hábitos organizacionais e expectativas estabilizadas.

Aplicada à indústria de seguros, essa lógica se manifesta em fenômenos como:

- padronização histórica de produtos que inibe inovação;
- dependência prolongada de canais tradicionais de distribuição;
- estruturas regulatórias que cristalizam modelos de negócio;
- práticas atuariais que perpetuam exclusões e vieses de risco.

Uma vez institucionalizados, esses elementos tornam-se difíceis de reverter, mesmo quando deixam de ser funcionalmente eficientes.

O diálogo com sistemas complexos e termodinâmica

A irreversibilidade é também conceito central na teoria dos sistemas complexos e na termodinâmica. Processos reais não evoluem de forma perfeitamente reversível: eles acumulam entropia, dissipam energia e seguem trajetórias historicamente condicionadas (Prigogine, 1984).

A analogia aqui não é metafórica, mas estrutural. Sistemas sociais e econômicos, assim como sistemas físicos, exibem:

- sensibilidade a condições iniciais;
- bifurcações críticas após choques;
- formação de padrões auto-reforçados;
- dificuldade de retorno a estados anteriores após crises.

Mercados de seguros que atravessam colapsos reputacionais, ciclos prolongados de judicialização ou falhas sistêmicas não “reiniciam” do zero. Eles carregam cicatrizes institucionais que alteram permanentemente comportamentos de consumidores, reguladores e ofertantes.

Choques, crises e marcas estruturais

Eventos críticos deixam marcas duradouras no setor. Exemplos históricos incluem:

- crises de solvência que geraram hiper-regulação posterior;
- escândalos de práticas abusivas que corroeram a confiança pública;

- ciclos de judicialização que elevaram estruturalmente custos de transação;
- mudanças abruptas em políticas públicas que reconfiguraram mercados inteiros.

Cada um desses episódios altera expectativas, incentivos e comportamentos futuros. A indústria passa a operar sob um novo regime histórico, e não simplesmente sob novas condições de mercado.

Implicações para regulação e estratégia

Reconhecer a irreversibilidade como princípio estrutural implica repensar a forma como políticas públicas e estratégias empresariais são desenhadas.

Para reguladores, isso significa compreender que intervenções produzem efeitos duradouros, muitas vezes não intencionais, e que erros institucionais tendem a ser custosos e persistentes.

Para seguradoras, implica reconhecer que escolhas estratégicas — como desenho de produtos, política de exclusões, relacionamento com clientes e postura frente à inovação — moldam a reputação e a trajetória futura da organização de forma cumulativa.

A lógica dominante de otimização de curto prazo revela-se, sob essa lente, estruturalmente míope.

Principais mensagens do Ensaio

A indústria de seguros não evolui em ciclos neutros de ajuste contínuo. Ela evolui historicamente, acumulando decisões, choques e estruturas que condicionam seu futuro.

O reconhecimento da irreversibilidade como quarto princípio não é apenas contribuição teórica. Ele oferece uma lente prática para compreender por que certos mercados permanecem estagnados, por que inovações fracassam repetidamente e por que reformas regulatórias produzem efeitos tão distintos entre países.

Ignorar o tempo como variável estrutural equivale a analisar sistemas vivos como se fossem máquinas estáticas. A compreensão adequada dos sistemas de proteção exige, portanto, incorporar o tempo, a memória institucional e a trajetória histórica como elementos centrais da análise.

Referências

ARTHUR, W. Brian. Competing technologies, increasing returns, and lock-in by historical events. *The Economic Journal*, v. 99, n. 394, p. 116–131, 1989.

DAVID, Paul A. Clio and the economics of QWERTY. *The American Economic Review*, v. 75, n. 2, p. 332–337, 1985.

NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PRIGOGINE, Ilya. *Order Out of Chaos: Man's New Dialogue with Nature*. New York: Bantam, 1984.

Ensaio IV: Economia de redes e o capital invisível da distribuição de seguros

PR Callegari

ORCID: 0009-0005-6358-7966

Resumo

Este ensaio propõe o conceito de capital invisível da distribuição para descrever o conjunto de relações, reputação, confiança, rotinas e estruturas de intermediação que sustentam mercados de seguros, mas que permanecem ausentes da contabilidade formal e das métricas tradicionais de performance. Argumenta-se que a arquitetura dos canais de distribuição constitui não apenas infraestrutura comercial, mas componente estrutural de estabilidade ou fragilidade sistêmica. A partir da teoria de redes, da economia institucional e da literatura sobre risco sistêmico, demonstra-se que determinadas topologias de distribuição podem amplificar correlação endógena, reduzir diversidade informacional e produzir vulnerabilidades estruturais.

Introdução

O debate contemporâneo sobre inovação em seguros frequentemente trata a distribuição como um problema operacional: custo de aquisição, eficiência comercial ou escala de canal. Essa abordagem é insuficiente.

Canais de distribuição não são meros condutores neutros entre produto e consumidor. Eles constituem estruturas de mediação social, responsáveis por traduzir confiança, interpretar risco, moldar expectativas e estruturar decisões econômicas. Em mercados de proteção, onde o objeto transacionado é essencialmente promessa futura, a qualidade da intermediação torna-se componente central da própria viabilidade do sistema.

Este ensaio sustenta que a distribuição em seguros deve ser compreendida como infraestrutura institucional crítica — análoga, em importância, ao capital financeiro e ao capital regulatório.

O conceito de capital invisível

Define-se como “capital invisível da distribuição” o conjunto de ativos intangíveis acumulados nos sistemas de intermediação:

- relações de confiança entre intermediários e clientes;
- reputação construída ao longo do tempo;
- conhecimento tácito sobre necessidades locais;
- capacidade de tradução de complexidade técnica;
- redes sociais e profissionais que sustentam continuidade relacional.

Esses ativos não aparecem nos balanços, mas condicionam diretamente a qualidade do risco subscrito, a persistência de carteiras e a estabilidade do mercado.

A erosão desse capital — por excesso de rotatividade, digitalização mal desenhada ou precarização dos canais — compromete estruturalmente a arquitetura de proteção.

Distribuição como rede: contribuições da teoria de redes

A teoria de redes oferece instrumental poderoso para compreender mercados de seguros. Estruturas altamente centralizadas, com poucos intermediários dominantes, tendem a gerar dependência sistêmica e concentração de fluxo informacional (Barabási, 2002). Redes excessivamente homogêneas reduzem diversidade cognitiva e ampliam correlação endógena.

Aplicado à distribuição de seguros, isso significa que:

- plataformas únicas concentram poder interpretativo;
- modelos excessivamente padronizados reduzem adaptação local;
- algoritmos de recomendação reforçam vieses existentes;
- ecossistemas fechados limitam inovação real.

A promessa de eficiência técnica pode, paradoxalmente, produzir fragilidade estrutural.

Correlação endógena e risco sistêmico

A literatura sobre risco sistêmico demonstra que sistemas altamente interconectados tendem a amplificar choques em vez de absorvê-los (Allen & Gale, 2000; Acemoglu, Daron; Ozdaglar, Asuman, 2011). Em redes densas, erros locais tornam-se rapidamente problemas sistêmicos.

Quando canais de distribuição passam a operar com modelos homogêneos de oferta, scripts comerciais padronizados e critérios automatizados de seleção, ocorre um fenômeno semelhante: a diversidade de julgamento é substituída por uniformidade operacional.

Isso compromete uma das funções essenciais da intermediação: a capacidade de filtrar, interpretar e adaptar o produto às realidades singulares dos clientes.

Plataformização e fragilidade estrutural

A crescente plataformização da distribuição de seguros promete escala e eficiência. Contudo, quando mal desenhada, pode gerar:

- desintermediação sem substituição qualificada;
- enfraquecimento do vínculo de confiança;
- incentivos voltados exclusivamente para volume, e não adequação;
- redução da responsabilidade moral percebida pelo intermediário;
- precarização da função consultiva.

Nesse contexto, a intermediação deixa de ser função profissional estruturante e torna-se mera engrenagem comercial — o que fragiliza o próprio fundamento do mercado de proteção.

Implicações para estratégia e regulação

Reconhecer a distribuição como infraestrutura sistêmica implica consequências práticas relevantes.

Para reguladores, significa compreender que modelos de canal não são neutros: eles moldam comportamento, risco e estabilidade do sistema. Incentivos mal calibrados podem comprometer a qualidade da proteção entregue.

Para seguradoras, implica reconhecer que investir em qualidade relacional, formação de intermediários e preservação do capital invisível não é custo comercial, mas investimento estrutural na sustentabilidade do negócio.

Principais mensagens do Ensaio

A arquitetura da distribuição em seguros não é apenas mecanismo de venda. Ela constitui parte essencial da própria engenharia institucional da proteção.

Ignorar o capital invisível acumulado nos canais equivale a tratar sistemas complexos como se fossem apenas estruturas transacionais. Mercados de seguros robustos exigem não apenas capital financeiro e regulação adequada, mas também redes saudáveis de mediação, confiança e responsabilidade profissional.

Referências

ACEMOGLU, Daron; OZDAĞLAR, Asuman. Opinion dynamics and learning in social networks. *Dynamic Games and Applications*, v. 1, n. 1, p. 3–49, 2011.

ALLEN, Franklin; GALE, Douglas. Review of economic studies. *Review of Economic Studies*, v. 67, n. 1, p. 1–33, 2000.

BARABÁSI, Albert-László. *Linked: The New Science of Networks*. Cambridge, MA: Perseus, 2002.

Parte III — Sentido

Ensaio V: Engenharia moral do seguro de vida

PR Callegari

ORCID: 0009-0005-6358-7966

Resumo

Este ensaio propõe compreender o seguro de vida não apenas como instrumento financeiro, mas como dispositivo simbólico e moral de organização da experiência humana diante da perda, da finitude e da responsabilidade intergeracional. Argumenta-se que produtos de proteção operam simultaneamente em três camadas: econômica, emocional e simbólica. A partir do diálogo com sociologia moral, antropologia da dádiva e economia comportamental, sustenta-se que o fracasso comunicacional da indústria decorre, em grande medida, de sua incapacidade de reconhecer e estruturar adequadamente essa dimensão simbólica.

Introdução

O seguro de vida é tradicionalmente descrito como mecanismo de transferência de risco financeiro associado à morte. Essa definição é tecnicamente correta, mas existencialmente insuficiente.

Na prática, decisões relativas à contratação, manutenção ou cancelamento de seguros de vida raramente se apoiam apenas em cálculo racional de utilidade esperada. Elas envolvem medo, culpa, afeto, memória, identidade e responsabilidade. Trata-se de uma decisão que toca diretamente o modo como o indivíduo compreende sua relação com o outro e com o futuro.

Este ensaio propõe o conceito de engenharia moral do seguro de vida para designar o conjunto de estruturas simbólicas, narrativas e institucionais por meio das quais a sociedade organiza o sentido da proteção e da responsabilidade diante da finitude.

Seguro como tecnologia simbólica

Sob uma perspectiva antropológica, instituições não são apenas estruturas funcionais, mas também tecnologias simbólicas que organizam significados sociais (Geertz, 1973; Douglas, 1986).

O seguro de vida, nesse sentido, opera como mecanismo cultural de domesticação da incerteza radical da morte.

Ao contratar um seguro, o indivíduo não está apenas transferindo risco financeiro, mas realizando um gesto simbólico: afirma a continuidade do cuidado mesmo após sua ausência. Esse gesto carrega valor moral profundo, relacionado à ideia de legado, compromisso e pertencimento.

Ignorar essa dimensão simbólica empobrece radicalmente a forma como produtos são desenhados e comunicados.

Emoção, memória e decisão econômica

A literatura contemporânea em economia comportamental demonstra que decisões envolvendo perda, morte e responsabilidade são fortemente moldadas por heurísticas emocionais, memória afetiva e identidade narrativa (Kahneman, 2011; Slovic, 2007).

O seguro de vida ativa emoções ambivalentes: proteção e medo, cuidado e negação, racionalidade e desconforto existencial. Quando a indústria comunica esses produtos exclusivamente em linguagem técnica — capital segurado, prêmio, cobertura — ela ignora o verdadeiro campo no qual a decisão ocorre: o campo emocional e simbólico.

O resultado é um ruído estrutural entre oferta e percepção, que contribui diretamente para o gap de proteção.

A falha moral da oferta contemporânea

Grande parte da oferta contemporânea de seguros de vida trata o consumidor como agente puramente racional, interessado apenas em preço e benefícios tangíveis. Essa abordagem produz uma forma de falha moral: a redução de uma decisão profundamente humana a um ato burocrático de consumo.

Essa redução gera:

- desconexão emocional com o produto;
- dificuldade de engajamento de longo prazo;
- resistência psicológica à contratação;
- banalização da proteção como commodity.

A indústria, ao desumanizar a narrativa da proteção, enfraquece o próprio fundamento de legitimidade simbólica de sua atuação.

Proteção como narrativa e responsabilidade

Se o seguro de vida é também estrutura simbólica, então sua eficácia depende da qualidade das narrativas que o sustentam.

Narrativas de proteção eficazes não operam pelo medo explícito, mas pela construção de sentido: cuidado, continuidade, dignidade, responsabilidade intergeracional. Produtos bem desenhados e bem comunicados são aqueles que conseguem alinhar estrutura contratual com narrativa moral coerente.

Essa perspectiva sugere que inovação em seguros não é apenas questão de tecnologia ou precificação, mas também de arquitetura narrativa e simbólica.

Principais mensagens do Ensaio

Compreender o seguro de vida como tecnologia moral permite recolocar o ser humano — e não o contrato — no centro da reflexão sobre proteção.

A indústria que ignora essa dimensão tende a produzir ofertas tecnicamente corretas, mas existencialmente vazias. Já aquela que reconhece a profundidade simbólica da proteção pode construir mercados mais legítimos, relações mais duráveis e sistemas mais humanos.

A engenharia moral da proteção é, portanto, parte essencial da arquitetura de um mercado de seguros verdadeiramente sustentável.

Referências

DOUGLAS, Mary. *How Institutions Think*. Syracuse: Syracuse University Press, 1986.

GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, 1973.

KAHNEMAN, Daniel. *Thinking, Fast and Slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

SLOVIC, Paul. *The perception of risk*. London: Earthscan, 2007.

Ensaio VI: A estética da incerteza

PR Callegari

ORCID: 0009-0005-6358-7966

Resumo

Este ensaio propõe uma reflexão metacognitiva sobre a relação entre incerteza, forma e responsabilidade intelectual. Argumenta-se que, em sistemas complexos — científicos, institucionais ou sociais — a busca por modelos perfeitamente elegantes e soluções definitivas pode produzir mais distorção do que compreensão. A partir do diálogo com filosofia da ciência, estética e epistemologia, sustenta-se que a boa forma, em contextos de incerteza estrutural, não é aquela que elimina o erro, mas aquela que reconhece seus limites e incorpora humildade, abertura e revisabilidade como virtudes constitutivas.

Introdução

Vivemos em uma época fascinada por precisão. Modelos, métricas, algoritmos e frameworks oferecem a promessa implícita de que, se bem construídos, poderiam capturar a realidade com clareza suficiente para controlá-la.

Essa promessa é intelectualmente sedutora — e estruturalmente ilusória.

Sistemas complexos resistem à total formalização. A realidade social, institucional e humana contém variabilidade, ambiguidade e contingência que não se deixam reduzir sem perda significativa. Este ensaio parte dessa tensão para propor uma questão central: “que tipo de forma é intelectualmente honesta em um mundo inevitavelmente incerto?”

Forma, beleza e verdade

A tradição estética frequentemente associou beleza à harmonia, simetria e completude. Na ciência e na técnica, isso se traduziu na valorização de modelos elegantes, teorias fechadas e sistemas altamente coerentes.

Contudo, como argumentam autores da filosofia da ciência contemporânea, elegância formal não é sinônimo de verdade empírica (Popper, 1959; Feyerabend, 1975). Modelos excessivamente limpos tendem a ocultar exceções, ruídos e complexidades que fazem parte constitutiva do real.

A boa forma, nesse contexto, não é a que elimina a imperfeição, mas a que a reconhece como parte estrutural do fenômeno descrito.

Incerteza como condição, não como falha

Grande parte das práticas institucionais contemporâneas trata a incerteza como defeito a ser eliminado. Essa postura produz dois efeitos perversos: primeiro, estimula a produção de modelos artificialmente seguros; segundo, penaliza intelectualmente aqueles que reconhecem ambiguidades e limites.

A epistemologia contemporânea sugere outra postura: a de compreender a incerteza como condição constitutiva do conhecimento humano, e não como sua falha (Kuhn, 1962; Taleb, 2007). Em sistemas vivos, abertos e adaptativos, o erro não é exceção — é parte do próprio mecanismo de aprendizado.

Humildade epistemológica e responsabilidade

Reconhecer limites não é sinal de fraqueza intelectual, mas de maturidade cognitiva. Instituições, mercados e tecnologias que operam como se fossem infalíveis tendem a gerar riscos maiores do que aquelas que incorporam mecanismos de correção, escuta e revisabilidade.

A humildade epistemológica torna-se, assim, uma forma de responsabilidade. Projetar sistemas que reconheçam sua própria incompletude é mais seguro — e mais humano — do que insistir em arquiteturas fechadas que prometem controle absoluto.

A forma como gesto ético

Há, portanto, uma dimensão ética na escolha das formas que adotamos para representar o mundo. Um modelo, um contrato, uma política pública ou um produto financeiro não são apenas instrumentos técnicos: são expressões condensadas de uma visão de mundo.

Escolher formas abertas, revisáveis e conscientes de seus limites é, nesse sentido, um gesto ético. Significa recusar a arrogância da precisão absoluta e sustentar a responsabilidade de construir mesmo sabendo que toda construção é provisória.

Principais mensagens do Ensaio

A estética da incerteza não reivindica a dissolução da forma, mas sua reconceituação radical. Não se trata de abandonar o rigor em nome da ambiguidade, mas de reconhecer que toda forma que se pretende definitiva torna-se, cedo ou tarde, uma ficção confortável. A exigência aqui não é por sistemas mais fechados, mas por estruturas intelectuais capazes de sustentar a própria instabilidade sem colapsar em dogma.

A boa forma, nesse sentido, deixa de ser a que promete controle e passa a ser a que permanece revisável, porosa ao erro e responsiva ao real. Há mais ética do que estética nesse gesto: a recusa de oferecer ao mundo modelos que tranquilizam pela aparência, mas traem pela incapacidade de lidar com o imprevisto.

Se há uma beleza possível em contextos estruturalmente incertos, ela não reside na fantasia de domínio, mas na persistência humana em construir sentido mesmo sob consciência de sua insuficiência. Pensar, proteger, organizar — quando feitos sem ilusão de completude — tornam-se atos de responsabilidade e não de vaidade. A forma, então, deixa de ser um artefato de fechamento e passa a operar como campo de atenção contínua: uma prática de vigilância ética diante da fragilidade que compartilhamos. Não é a promessa de estabilidade que funda essa estética, mas o compromisso silencioso com a lucidez.

Referências

FEYERABEND, Paul. *Against Method*. London: Verso, 1975.

KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

POPPER, Karl. *The Logic of Scientific Discovery*. London: Routledge, 1959.

TALEB, Nassim Nicholas. *The Black Swan*. New York: Random House, 2007.

Pós-fácio — Abertura, não fechamento

Este primeiro caderno não foi escrito para encerrar nada. Foi escrito, talvez, para desacomodar. Para abrir uma fenda discreta no terreno das certezas rápidas. Para sustentar a suspeita de que algumas perguntas — quando honestamente formuladas — não pedem resposta, mas permanência. Fragilidade, proteção, forma, responsabilidade, incerteza: não são temas que se deixam conter em um volume, nem em um argumento fechado. São campos de tensão. São forças em movimento. Exigem retorno. Exigem lentidão. Exigem um tipo de atenção que não se resolve em síntese.

Ao longo dos ensaios reunidos aqui, uma inquietação percorre silenciosamente o texto como um fio subterrâneo: por que sociedades cada vez mais sofisticadas continuam produzindo vulnerabilidade? O que acontece quando tratamos o sofrimento como externalidade, como ruído estatístico, como desvio individual — e não como parte estrutural do desenho social? Que arquitetura é essa que se aperfeiçoa tecnicamente, mas se empobrece eticamente? Que racionalidade é essa que calcula riscos com precisão crescente, mas perde contato com aquilo que está em jogo quando alguém tenta, concretamente, proteger o futuro?

Talvez o problema nunca tenha sido a incerteza em si. Talvez o problema seja a recusa em reconhecê-la. Talvez o verdadeiro colapso não seja econômico, mas simbólico: quando sistemas sofisticados continuam operando como se a vida fosse previsível, como se o sofrimento fosse exceção, como se a vulnerabilidade fosse falha individual e não condição compartilhada. Talvez proteger não seja apenas desenhar produtos, contratos ou políticas, mas sustentar uma ética — uma atenção contínua àquilo que escapa, ao que não cabe nas planilhas, ao que não se deixa automatizar.

Cada ensaio deste volume ensaia um deslocamento. Quando a vulnerabilidade emocional é tratada como variável econômica. Quando a oferta defensiva é exposta como mecanismo estrutural de exclusão. Quando a irreversibilidade revela o peso do tempo nas decisões institucionais. Quando a distribuição aparece não como canal, mas como infraestrutura invisível de confiança. Quando o seguro de vida é lido como dispositivo simbólico, moral, intergeracional. Quando a própria forma de pensar é convocada a abandonar o conforto das certezas e aceitar a ética da revisão contínua. Não são respostas. São inflexões.

A Síngrula Press Review nasce desse gesto: não como um lugar de síntese, mas como um campo de permanência do problema. Um espaço editorial onde o pensamento sobre risco e proteção possa existir sem a urgência das conclusões fáceis, sem a tentação das fórmulas elegantes demais, sem a pressa de transformar complexidade em produto. Um lugar onde cada novo

volume não substitua o anterior, mas dialogue com ele — como camadas de uma mesma investigação, como tentativas sucessivas de nomear aquilo que insiste em não caber.

Se este caderno cumprir seu papel, não deixará o leitor mais seguro — mas mais desperto. Não mais tranquilo — mas mais responsável. Não oferecerá conforto, mas precisão nas inquietações. Porque talvez a seriedade de um projeto intelectual não se meça pela solidez de suas respostas, mas pela qualidade das perguntas que ele deixa no ar.

Que tipo de proteção estamos naturalizando?

Que tipo de vulnerabilidade estamos aceitando como inevitável?

Que formas estamos repetindo sem perceber?

Que arquiteturas estamos construindo — e para quem?

O que ainda precisamos aprender a proteger?

E, talvez a pergunta mais difícil: o que ainda precisamos aprender a ver?

Este caderno não fecha um ciclo. Ele abre um gesto.

Um gesto de atenção.

De recusa à superficialidade.

De insistência no pensamento.

De compromisso com aquilo que ainda não sabemos formular inteiramente, mas que já sabemos que importa.

A autora

PR Callegari

ORCID: 0009-0005-6358-7966

PR Callegari é ensaísta.

Seu pensamento se desdobra no diálogo entre teorias e experiências sociais, filosóficas e econômicas, atravessando campos distintos e formas diversas de compreender a experiência — e as inflexões cotidianas — da vida humana.

Assume o ensaio como um campo em constante transformação: um movimento de tentativa e erro, de formulação de hipóteses, de aproximações sucessivas, mais atento às perguntas do que às respostas.

Não busca conclusões fechadas, mas a construção de questões que sustentem e aprofundem o campo da reflexão.

Seus ensaios percorrem diferentes arquiteturas contemporâneas — institucionais, simbólicas e afetivas — e investigam como essas estruturas moldam, silenciosamente, o modo como sociedade, indivíduos e instituições habitam ambientes de incerteza e volatilidade, tendo como horizonte constante a permanência da finitude.

Agradecimentos

Este caderno de ensaios é resultado de diálogos — explícitos e silenciosos — com pensadores, colegas, autores, obras e percursos, formações e divergências de pensamento que, ao longo do tempo, ampliaram meu campo de percepção e tornaram possível a identificação de inquietudes e reflexões.

Nada do que está aqui nasceu isoladamente.

Cada ideia carrega vestígios de leituras, conversas, escutas, discordâncias e atravessamentos que, pouco a pouco, foram compondo o mosaico do meu próprio modo de pensar e de elaborar o pensamento, transformando reflexões em ensaios.

Um agradecimento especial aos leitores que se dispuseram a acompanhar esse percurso e a sustentar a abertura necessária para habitar as perguntas que permanecem, que provocam e que inquietam — em vez de buscar respostas fáceis e verdades absolutas.

Síngula Editora

CADERNOS SÍNGULA PRESS REVIEW

© Síngula Editora, 2026

Publicação digital semestral

Projeto editorial e direção: Paola Roldan Callegari

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18744815>

www.singulaeditora.com.br

@singula_editora